

CONSTRUÇÃO CIVIL NA BAHIA: PANORAMA DO EMPREGO FORMAL NO SETOR NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS

Civil construction in Bahia: Overview of formal employment in the sector in the last two decades

Mariane Reis Vila Verde¹
Leonardo Silvério Gonçalves de Santana²
Alyne Cosenza Castro³
Renato Barbosa Reis⁴

RESUMO

As oscilações do mercado da construção civil impactam diretamente no crescimento econômico do país. A pesquisa objetiva analisar o comportamento do emprego formal na construção civil, no estado da Bahia e na grande Salvador, entre os anos de 2002 a 2020, demonstrando os saldos positivos e negativos dos postos de trabalho no setor, conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) disponibilizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Ao analisar o panorama do setor nas últimas duas décadas percebem-se a influência dos fatores políticos, os impactos nos canteiros de obras e a mudança do perfil do trabalhador da construção.

Palavras-chave: Emprego formal. Construção civil. Postos de trabalho. Saldos de trabalho formal.

ABSTRACT

Fluctuations in the construction market have a direct impact on the country's economic growth. The research aims to analyze the behavior of formal employment in civil construction, in the state of Bahia and in the greater Salvador area, between 2002 and 2020, showing the positive and negative balances of jobs in the sector, according to data from the General Register of Employed and Unemployed (CAGED) made available by the Superintendence of Economic and Social Studies of Bahia (SEI). Analyzing the panorama of the sector over the last two decades reveals the influence of political factors, the impact on construction sites and the changing profile of construction workers.

Keywords: Formal employment. Construction. Work stations. Formal work balances.

¹ Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador.

E-mail: mariane.vila@gmail.com

² Doutorando em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador

E-mail: leo.ftc@gmail.com

³ Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, pela Universidade Salvador. E-mail:

alynecosenza@yahoo.com

⁴ Doutor em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa, pela Fundação Oswaldo Cruz.

Professor Titular do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU pela Universidade Salvador. E-mail: georeis@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Em um panorama nacional, o setor da construção civil vivenciou nas últimas duas décadas conturbados períodos de expansão e contração, fortemente influenciado pelo cenário político e econômico.

No primeiro momento analisado, observa-se o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e a crescente oferta de postos de trabalhos formais que foram incentivados pela retomada do crescimento econômico, iniciada em 2003 e refletindo positivamente nos anos seguintes.

Em janeiro de 2007 foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que objetivava alavancar o PIB nacional através de investimentos na economia, com estímulo ao crédito, financiamento, redução de impostos e atração de investimentos. O programa instigou toda a cadeia produtiva do setor da construção, tendo como prioridade as obras de infraestrutura voltadas para as áreas do saneamento, habitação, transporte e energia (Brasil, 2017a).

Com a economia aquecida pelos investimentos e ações do governo federal, o Brasil conseguiu superar de forma surpreendente a crise financeira global, ocorrida em 2008, e mesmo com a redução dos postos de trabalho, o setor logo voltou a crescer, registrando números recordes nos anos de 2009 e 2010.

A segunda etapa do programa, o PAC-2, foi desenvolvida entre 2011 e 2014 e mantiveram os estímulos às empresas da construção civil, ampliando investimentos nos eixos da saúde, educação e nos programas Comunidade Cidadã, Água e Luz Para Todos, Cidade Melhor e Minha Casa Minha Vida (MCMV). Nesta segunda etapa os investimentos somam cerca de R\$ 955 bilhões, trezentos bilhões a mais do que foi dedicado ao primeiro ciclo do programa (Brasil, 2017a).

No cenário baiano, percebe-se o mesmo padrão nacional na geração de empregos no setor da construção civil, apoiados pelos investimentos do PAC e PAC-2. A Bahia se beneficiou com construções de equipamentos esportivos destinados a grandes eventos, em paralelo, assistiu a expansão de empreendimentos imobiliários e habitação popular através do programa MCMV, e obras de infraestrutura e transporte, como a Via Expressa, Via Bahia, Pólo Naval, Metrô e Ferrovia Oeste-Leste.

Destacam-se também, os investimentos no programa energético do estado, com os parques do Complexo Eólico do Alto do Sertão II e III e projetos de distribuição de água para amparo da população do sertão baiano. Neste período, outro ponto

positivo que contribui para o crescimento do setor no estado foi a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para materiais de construção.

O somatório desses fatores consolidava um caminho promissor para o setor da construção civil, contudo, a partir de 2011 o setor sinalizava com indícios de uma aparente crise. As previsões se concretizaram nos anos seguintes e, em 2014, ocorre uma brusca redução dos postos de trabalho influenciados pelos primeiros escândalos políticos. A desconfiança dos investidores resulta em interrupções de obras inconclusas e em grandes demissões no setor. A consolidação da recessão econômica, crise política e evasão de investimentos refletiram ao longo da década. Com a estagnação da construção civil no país, o setor passou a registrar números recordes de trabalhadores desempregados e empresas fechadas.

A partir desse cenário, o presente artigo tem como objetivo analisar o comportamento do emprego formal no setor da construção civil no estado da Bahia, na capital e Região Metropolitana de Salvador (RMS), nas últimas duas décadas.

Inicialmente, será analisado o período de 2002 a 2010, abordando o crescimento dos postos de trabalho e como programas do governo influenciaram na geração de saldos de empregos, posteriormente, no período 2011 a 2020, será analisado como o momento econômico refletiu na retração do mercado e dos postos de trabalhos. Ponderam-se também questões pertinentes quanto ao perfil dos trabalhadores, escolaridade, inserção das mulheres no canteiro de obras e comportamento do mercado pós-pandemia.

Para realização do estudo foram coletados dados secundários do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) disponibilizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). O cadastro geral representa uma das principais fontes de informações acerca das configurações do mercado de trabalho celetista, compilando dados referentes à admissão e desligamento dos empregados com vínculos formais regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), considerando que todas as empresas do setor são obrigadas a declarar as movimentações no quadro de funcionários.

Ratifica-se que, se tratando de postos de trabalho, quando o número de admissões é maior que o de desligamentos, significa que houve a criação de empregos no setor, logo, resulta em saldo positivo. Inversamente, quando o número de desligamentos é superior as admissões efetuadas, ocorre então o cancelamento

ou destruição de postos de trabalho, resultando em um saldo negativo de postos de trabalho.

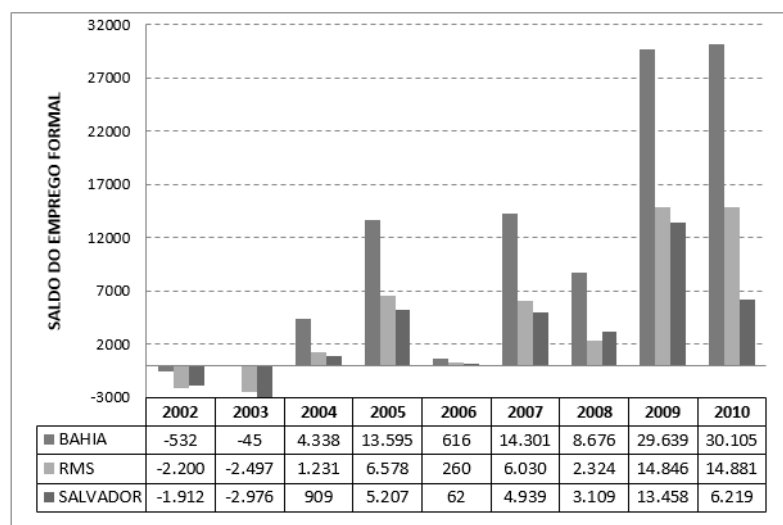
2 ASCENSÃO DO EMPREGO FORMAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL NA BAHIA

Dentro do primeiro período de estudo, o setor da construção civil revelou-se bastante ativo na geração de emprego formal no estado da Bahia, na capital e sua Região Metropolitana, os números, que iniciam negativos, ao longo da década refletem saldos positivos e promissores diante da retomada da economia e das iniciativas do governo federal.

Segundo dados do CAGED, conforme Gráfico 01, nos anos de 2002 e 2003, na Bahia o saldo de emprego formal na construção civil evoluiu, com saldo negativo de 532 e 45 postos de trabalho nos respectivos anos. Apesar do saldo de trabalho ser negativo em 2003, o valor menor em relação ao ano anterior demonstra que existiram contratações neste período. A capital baiana apresentou um cenário oposto em relação à variação do saldo do emprego formal, correspondendo 1.912 postos negativos em 2002 e 2.976 postos negativos em 2003, ou seja, os números de demissões superaram os de contratações.

Conforme Gráfico 01, em 2005, registrou-se um aumento de 32% de postos de trabalho formais na Bahia em relação ao ano anterior, sendo 17% somente em Salvador. A recuperação econômica, a partir de 2004, foi motivada pelo *boom* de *commodities* e pelo aumento da renda familiar, os estímulos ao crédito bancário ampliam o poder de compra da população. O Jornal Estadão apresentou uma matéria sobre o crescimento da construção civil no ano de 2005, concluindo que foi “influenciado pelas contratações no segmento de serviços de construção (aluguel de equipamentos, incorporação de imóveis e engenharia e arquitetura), com alta de 34,02% no nível de emprego na comparação com a média de 2004”. A alta do PIB incentivou os grandes aportes no setor, contudo, o desempenho abaixo do esperado refletiu na redução dos postos de trabalho formal (Gaier, 2006).

Gráfico 1 - Saldo de emprego formal na Bahia, Salvador e Região Metropolitana no período de 2002 a 2010



Fonte: Elaboração própria, adaptado do CAGED (SEI, 2020a).

Na Bahia, em 2006, além da frustração das expectativas criadas no ano anterior, e não atendidas pelo mercado da construção civil, destaca-se também as especulações e instabilidade política geradas pela mudança de governo, dada como certa, a vitória do candidato Jaques Wagner (PT) destronou a histórica hegemonia de Paulo Souto (PFL) e seu grupo político.

Segundo reportagem do Estadão, em 2007 registra-se um crescimento de 6,1% do PIB, considerado o maior desde 1986, sendo influenciado pelo setor de serviços. Com a criação do PAC, neste mesmo ano, o setor de indústria que abrange construção civil, máquinas, equipamentos e construção naval teve um crescimento de 5,3%, com grande destaque ao setor da construção civil (Gaier, 2009).

As perspectivas quanto ao PAC influenciam na retomada da confiança dos empresários do setor da construção civil. Em 2007, o balancete dos postos formais de emprego aponta números expressivos, em relação aos anos anteriores. Segundo o CAGED (SEI, 2020a), na Bahia o saldo positivo foi 14.301 postos de trabalho, com maiores contratações nos meses de abril e agosto, com Salvador registrando 4.939 e a RMS 6.030 postos, conforme Gráfico 01. Em 2008, uma crise financeira global repercute na retração econômica do país e na perda de postos de emprego, contudo, mesmo com essa redução o saldo anual termina positivo.

Entre os anos de 2004 e 2008, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2015), registra-se um crescimento do PIB brasileiro, refletindo na

geração de empregos em todos os setores. Devido aos reflexos do PAC, a construção civil teve seu ritmo intensificado entre os anos 2008 e 2011, com as construções de empreendimentos imobiliários, equipamentos e infraestruturas para sediar os eventos esportivos dos Jogos Pan-Americanos (2007), Jogos Mundiais Militares (2011), Copa das Confederações de Futebol (2013), Copa do Mundo de Futebol (2014) e Jogos Olímpicos (2016).

Em 2009, na tentativa de reaquecer a economia e reduzir os reflexos da crise financeira, o Governo Federal sinalizou com soluções no campo fiscal e com investimentos em áreas específicas. Como parte do programa de incentivos, o Ministério da Fazenda anuncia a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), beneficiando aproximadamente cinquenta itens referentes à construção civil (IPEA, 2015). Como a recessão econômica impactou diretamente na redução da oferta de crédito e nas taxas de juros praticadas, a perspectiva para o ano era que o setor da construção civil, que dependente das linhas de crédito para operacionalizar, optasse por rever e reestruturar seus planos de gastos e investimentos.

Conforme o boletim do CAGED (SEI, 2020b), contrariando as previsões e demonstrando uma boa dinâmica em termos de crescimento, em 2009 o setor da construção civil seguiu em expansão. Neste boletim, a Bahia registrou um crescimento de 6,2%, somente no primeiro trimestre, sendo o estado que teve a maior participação (30,0%) no total de financiamentos imobiliários (construção e aquisição) no Nordeste, de acordo com as informações disponibilizadas pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE).

Na Bahia, o saldo de emprego formal na construção civil, em 2009, foi de 29.639 postos, sendo 13.458 postos somente em Salvador, conforme Gráfico 01. Analisando os dados por subsetores de categoria, as obras de infraestrutura, no primeiro semestre de 2009, ocupou a posição com maior saldo de emprego, gerando 2.817 contratações, motivadas pelas obras do Metrô, Via Expressa Baía de Todos os Santos, Via Bahia, Pólo Naval e Ferrovia Oeste-Leste, além das obras de saneamento e demais financiadas pelo PAC. Neste mesmo período, o subsetor da construção de edifícios auferiu 2.561 postos, influenciado pelo *boom* de empreendimentos residenciais, comerciais, serviços e obras do programa habitacional Minha Casa Minha Vida (SEI, 2020b).

Os dados positivos constatados no ano de 2010 são reflexos do ano anterior. As contratações de mão de obra continuam crescendo e somente no primeiro semestre, o saldo foi de 17.547 postos de trabalho, distribuídos entre os subsetores da construção de edifícios (13.515 postos), obras de infraestrutura (2.623 postos) e serviços especializados para a construção (1.409 postos). Segundo o Boletim Especial do CAGED para Construção Civil:

O saldo de emprego, medido nos seis primeiros meses de 2010 para a construção civil baiana, só foi superado pelos saldos apurados para este setor nos estados de São Paulo (44.200 postos) e Minas Gerais (28.592 postos). Assim, tem-se que a construção civil baiana ocupou, no período em foco, uma posição de absoluto destaque na região Nordeste no que tange à geração de oportunidades de emprego (SEI, 2020b).

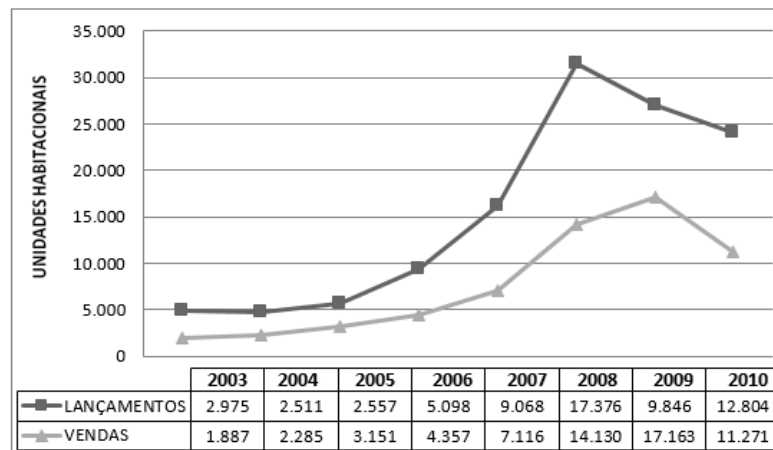
Na Bahia, analisando as últimas duas décadas, o setor da construção civil registrou os anos de 2009 (29.639 postos) e 2010 (30.105 postos) como os maiores em saldo de empregos com carteira assinada. O aumento dos postos de trabalho em 2010, expressa o comportamento da economia baiana, com um crescimento do PIB em 9,5%, sendo 15% o crescimento do setor da construção civil, conforme a estimativa trimestral apresentada no Boletim Especial do CAGED para Construção Civil (SEI, 2020b).

Conforme Gráfico 01, no ano de 2010, a RMS registra um saldo positivo de 14.881 postos de emprego, estratificando os dados, constata-se o município de Salvador como responsável por 6.219 postos. O ano foi marcado pelo término do PAC, contudo, as inúmeras obras em fase de conclusão tornaram a cidade e sua RMS um legítimo canteiro de obras, com a construção do Shopping Salvador Norte, dos condomínios de luxo nas margens da Avenida Paralela e das obras do MCMV espalhadas por bairros populares como Trobogy, São Cristovão, Sussuarana, Cajazeiras, Jardim das Margaridas, Itinga e Caji. Vale destacar a célere demolição e reconstrução do estádio da Arena Fonte Nova, com inauguração prevista para 2013, para sediar os jogos da Copa das Confederações e Copa do Mundo.

No período entre 2003 a 2010, o mercado imobiliário foi marcado por um expressivo crescimento. Conforme o Gráfico 02, de acordo com dados do Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (SINDUSCON-BA), em 2003 e 2004 os lançamentos imobiliários foram maiores do que os números de vendas, em 2005 o mercado sinalizava com boas expectativas, que se confirmaram no ano de 2008,

representando o melhor da década, onde foram lançadas 91,6% unidades e vendidas 98% a mais em relação a 2007. Contudo, em 2009 se inicia um período de retração significativa e que refletiu nos anos seguintes.

Gráfico 2 - Lançamentos e vendas de unidades habitacionais na Bahia - 2003 a 2010



Fonte: Elaboração própria, adaptado do Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (SINDUSCON-BA, 2020b).

Destaca-se que as vendas dos imóveis, que por vezes superam o número de lançamentos, se devem ao financiamento imobiliário para construção e aquisição, que segundo a SINDUSCON-BA (2020a), os recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo destinados à Bahia foram de R\$ 2,3 bilhões em 2010, e nos últimos cinco anos, foi o estado que teve maior participação do total de financiamentos imobiliários de todo o Nordeste.

Analisando o setor nas últimas duas décadas, verifica-se que o período de ascensão da construção civil no estado da Bahia corresponde ao intervalo entre o primeiro e segundo mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, que permaneceu no poder de 2003 a 2011. Para os anos seguintes o fator político se torna o principal imbróglio para o setor.

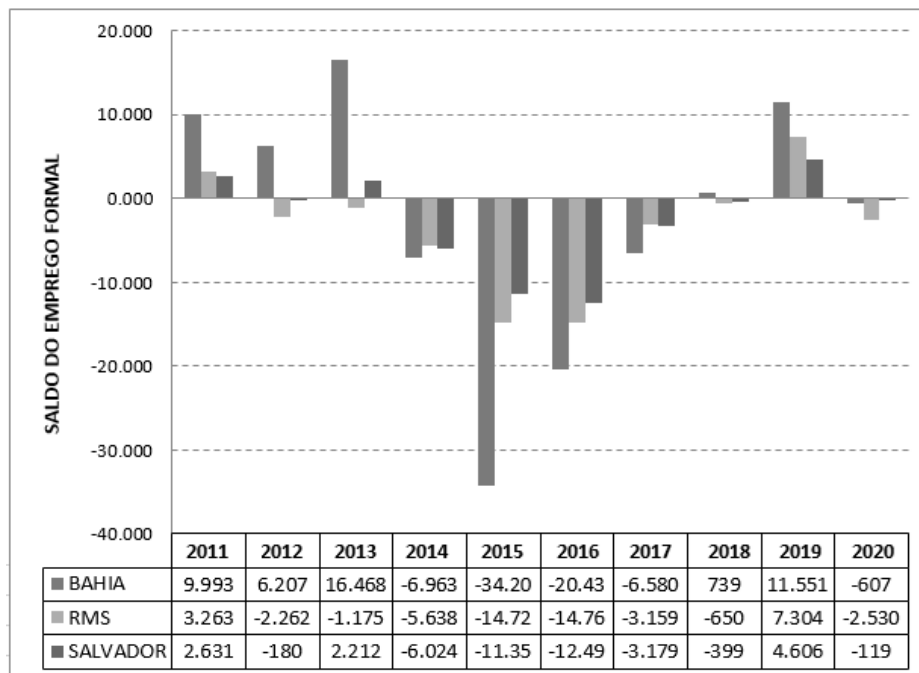
3 REDUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA CONSTRUÇÃO CIVIL NA BAHIA

O segundo período de estudo demonstra um cenário oposto ao observado anteriormente. O emprego formal na construção civil sofre drástica redução ao longo dos anos, apresentando expressivos saldos negativos e evidenciando os percalços da economia brasileira na última década.

O ano de 2010 registra o maior saldo de emprego formal na construção civil, com mais de 30 mil postos na Bahia. Confiante em suas estratégias, o Governo lança o PAC-2, em março de 2010, esboçado para abranger os investimentos no período de 2011 a 2014. A princípio, o programa foi a grande vitrine de campanha para eleição da presidente Dilma Rousseff (PT), incorporando investimentos em transporte, energia, MCMV, urbanização e saneamento de áreas precárias, tendo como prioridade obras de pavimentação, drenagem, contenção de encostas, as unidades básicas de saúde e creches. Entre os anos de 2011 a 2013, segundo os dados do CAGED, a Bahia ainda registrou saldo positivo de vagas com mais contratações do que demissões.

Conforme Gráfico 03, em 2011, o estado registra o total de 9.993 saldos de emprego e dos 3.263 postos da RMS, 2.631 são apenas em Salvador. Os números colocam o setor da construção civil com participação de 4,1% no total de vagas geradas na Bahia. Estratificando os dados, nota-se que a queda na geração de emprego foi dissipada ao longo de todo o ano, em destaque os meses de fevereiro (-445 postos), julho (-3.833 postos), setembro (-481 postos), outubro (-563 postos) e dezembro (-5.068 postos).

Gráfico 3 - Saldo de emprego formal na Bahia, Salvador e Região Metropolitana no período de 2011 a 2020



Fonte: Elaboração própria, adaptado do CAGED (SEI, 2020a).

Outro dado importante da SINDUSCON-BA (2020a), refere-se as demissões de trabalhadores acima dos 30 anos, sendo maior o grupo de desligamentos na faixa etária entre 40 e 49 anos e as maiores contratações foram de jovens até 29 anos, resultando na média de idade de 33 anos para os trabalhadores da construção civil no ano de 2011.

A retração econômica instaura uma atmosfera de desconfiança do empresariado brasileiro, o Governo Federal busca soluções através do PAC-2 e da prorrogação da redução do IPI para materiais de construção, mesmo assim, os números dos postos de trabalho continuam a decair. Conforme Gráfico 03, em 2012 a Bahia registrou 6.207 postos de trabalho, entretendo, Salvador e RMS apresentaram saldos negativos de 180 e 2.262, respectivamente.

Conforme Tabela 01, o município de Camaçari finalizou o ano com os expressivos 2.359 postos negativos, as demissões foram motivadas após a empresa vencedora da licitação para a construção da Variante Ferroviária abandonar a obra e diante da demora do governo em manifestar possíveis soluções.

Tabela 1 - Saldo de emprego formal da construção civil na Região Metropolitana de Salvador-BA, no ano de 2012

Município	Construção Civil
Camaçari	-2.359
Candeias	-52
Dias D'Ávila	-7
Itaparica	5
Lauro de Freitas	-356
Madre de Deus	126
Salinas da Margarida	-4
Salvador	-180
Simões Filho	569
Vera Cruz	-4
Total	-2262

Fonte: Elaboração própria, adaptado do CAGED (SEI, 2020a)

O SINDUSCON-BA (2020a) aponta que em 2011 o mercado imobiliário manteve o padrão de queda registrado no ano anterior. Foram lançadas 12.944 novas unidades habitacionais, 140 a mais que em 2010, contudo, o mercado consumidor responde negativamente, com a venda 9.931 unidades, redução de 11% em relação ao ano anterior. Em 2012, foram lançadas 5.199 unidades habitacionais e as vendas, que permaneceram em queda, corresponderam a 8.253 unidades.

Em 2013, o setor na Bahia registrou saldo positivo de 16.468, conforme Gráfico 03, e segundo o CAGED, na RMS os saldos continuam negativos devido aos municípios de Camaçari e Dias D'Ávilas, com 1.012 e 1.924 postos negativos, respectivamente. No município de Dias D'Ávilas grandes demissões foram ocasionadas após o abandono das obras do MCMV por parte da construtora contratada. Em Salvador, o saldo positivo foi de 2.212 postos de emprego, por conta das obras do Centro Pan-Americano de Judô, Centro Olímpico de Natação e Ginásio Poliesportivo de Salvador.

A partir de 2014 o cenário brasileiro se agrava com a recessão econômica, PIB negativo, déficit orçamentário e os inúmeros escândalos políticos geram instabilidades e fuga dos investidores. O somatório de fatores resulta diretamente nos postos de trabalhos da construção civil, aferindo saldos negativos de 6.963 na Bahia e 6.024 na capital, conforme Gráfico 03.

O balancete referente ao ano de 2014 apresenta a quantidade de postos de trabalho negativos, com o número de pessoas demitidas (153.890) superior ao número de admitidos (146.269 saldos), aferindo uma variação negativa de -4,05%. Na Bahia, o setor da construção civil foi o que apresentou a maior retração no mês de dezembro, com o corte de 7.914 postos e estratificado os dados por subsetores, a construção de edifícios e obras portuárias foram as mais afetadas. Neste mesmo mês, em Salvador, o subsetor da construção de edifícios contabilizou uma perda de 1.958 postos de trabalho, motivados pela redução dos lançamentos imobiliários e das obras do programa MCMV, coincidindo também com o último ano do PAC-2 (SEI, 2020b).

Os anos de 2015 e 2016 são marcados pelo processo que culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) e pelo elevado número de desempregados do país, atingindo mais de 12,5 milhões de pessoas segundo o IBGE. Soma-se a isso, a elevação das taxas de juros, queda da renda e do poder de compra, contração do mercado de crédito e redução dos investimentos públicos. O PIB, nesses dois anos, sofre uma retração de -3,8% e -3,6%, respectivamente, tais números superam as recessões anteriores e ocasionam uma crise sem precedentes que atinge todos os setores da economia (SINDUSCON-BA, 2020a; Silveira, 2016).

A Bahia encerra o ano de 2015 com o total de 75.286 postos negativos de trabalho formal e dentre todas as atividades econômicas, a retração foi maior no setor da construção civil. Conforme Gráfico 03, os saldos de emprego na construção contabilizam 34.204 postos negativos no estado e 11.352 em Salvador, a capital foi o município da RMS que mais desligou funcionários. Segundo o boletim do CAGED (SEI, 2020b), no ano de 2015, na Bahia o setor da construção civil foi o terceiro maior em número de demissões, 140.717 desligamentos contra 106.468 admissões, uma taxa de variação de -19,61%, a maior dentre todos os setores.

Ao analisar a Tabela 02, tamanho dos estabelecimentos e o saldo de emprego formal na construção civil na Bahia, no ano 2015, percebe-se que as pequenas empresas, as que registraram até quatro funcionários ativos, foram as únicas com saldo positivo de empregos (2.711 postos), enquanto, as empresas de médio e grande porte foram as mais atingidas, a exemplo dos estabelecimentos com 1.000 ou mais funcionários, registrando a perda de 6.880 postos de trabalho.

Tabela 2 - Tamanho dos estabelecimentos em relação ao saldo de emprego formal na construção civil na Bahia – 2015

Tamanho dos estabelecimentos (funcionários)	Construção Civil (postos de trabalho)
Até 4	2.711
De 5 a 9	-1.118
De 10 a 19	-2.987
De 20 a 49	-4.178
De 50 a 99	-6.005
De 100 a 249	-5.902
De 250 a 499	-6.587
De 500 a 999	-3.303
1000 ou mais	-6.880

Fonte: Elaboração própria, adaptado do CAGED (SEI, 2020b)

O ano de 2016 mantém o padrão no ano anterior, com os saldos de empregos negativos, conforme Gráfico 03, na Bahia foram registrados 20.431 postos negativos, dos quais 12.499 somente na capital. Conforme o boletim do CAGED (SEI, 2020b), na Bahia foi registrado 79.546 pessoas admitidas e 99.329 desligadas, uma taxa de variação de -13,53%. Quanto ao tamanho dos estabelecimentos e o saldo de emprego, novamente, somente as empresas de pequeno porte, com até quatro funcionários, apresentaram saldo positivo (2.578 postos).

Em 2017 a Bahia criou 839 postos de trabalho com carteira assinada, um grande avanço ao considerar que o estado registrou saldos negativos nos dois anos anteriores. No total foram 574.145 admissões e 573.306 desligamentos, e novamente, a construção civil foi o setor que apresentou o pior desempenho. A Bahia encerra o ano de 2018 com a geração de 28.621 postos de trabalho, mantendo a tendência positiva exibida no ano anterior (SEI, 2020b). A construção civil, que contribuiu com apenas 739 postos, registrou o primeiro ano positivo desde 2013, contudo, analisando o desempenho na RMS, o setor registrou o sétimo ano consecutivo de perdas de postos de trabalho, conforme Gráfico 03.

O ano de 2019 se inicia com grandes expectativas, os primeiros meses de governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) demonstravam sinais da estabilidade política aguardada pelos investidores. Na Bahia, conforme o SINDUSCON-BA (2020a), no trimestre de 2019 foram financiados a compra e construção de 62,9 mil

imóveis, alta de 42,1% frente ao mesmo período de 2018. O estado encerra o ano de 2019 com a geração de 30.858 postos de trabalho, o melhor registro da década atual, destacando-se a construção civil, com a contribuição de 11.551 postos, uma ampliação de 10,24% em relação ao ano anterior, sendo a RMS responsável por 7.304 postos.

Ao final de 2019, o mundo assiste o início da pandemia do novo coronavírus. No Brasil, o primeiro registro da Covid-19 ocorre em fevereiro de 2020 e poucos meses depois se instaura o cenário pandêmico, com a crescente nos números de óbitos, crise no sistema de saúde, busca pela vacina, paralização das atividades e a retração econômica.

Em 2020 o mercado de trabalho se comporta de forma totalmente atípica, legislações e decretos paralisam diversas atividades, em períodos e formas diferentes. Conforme os dados do CAGED (SEI, 2020a), na região metropolitana, Salvador registrou a perda acumulada de 6.322 postos de trabalho celetistas, acompanhada por Camaçari (-2.760 postos), em contrapartida, Lauro de Freitas apresentou registro positivo de 1.628 postos. Se tratando exclusivamente do setor da construção civil, conforme Gráfico 03, o estado registrou 607 postos negativos.

Para o SINDUSCON-BA (2020a), a pandemia refletiu diretamente na economia do Brasil, que encerrou o ano de 2020 registrando números recordes de inflação, com alta de 4,52%, a maior desde 2016, além do recorde de desempregados, 13,4 milhões de pessoas, segundo o IBGE. A construção foi duramente atingida pelo desabastecimento de insumos e pelo aumento acentuado dos preços, o Índice Nacional da Construção Civil (INCC) subiu 1,82% e registrou a maior variação desde 2013.

Conforme o recorte adotado nesta pesquisa, o ano de 2020 conclui-se com muitos canteiros de obras sendo paralisados ou encerrados e os impactos se estenderam para toda a cadeia de suprimentos. Em paralelo, destacam-se algumas ações do governo em prol do setor, através do lançamento do programa habitacional Casa Verde e Amarela, medidas de preservação do emprego formal e desburocratização, além das taxas de juros que contribuíram com o incremento no financiamento imobiliário.

Ponderando brevemente sobre o período mais atual, as instabilidades geradas pelo cenário político permanecem assombrando o setor nos últimos anos, em

destaque, a troca de comando entre Jair Bolsonaro, governando o país de 2019 a 2022, e a retomada de Lula ao cargo de presidente, em 2023. Para a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC, 2023a), embora otimistas, as projeções de crescimento seguem oscilando e norteadas por expectativas mais modestas, onde a volatilidade econômica, recorrentes ajustes na taxa de juros, atrasos na definição dos programas Minha Casa Minha Vida e Novo PAC, além do fim do ciclo de pequenas obras e reformas iniciado na pandemia, representam as principais interferências.

No setor da construção civil do país, em 2023, o saldo de emprego com carteira assinada demonstrou intensidade inferior aos registrados nos anos anteriores, igualmente aos dados do comércio varejista de materiais de construção e de produção de insumos, que indicaram a desaceleração das suas atividades. Conforme números do mercado imobiliário nacional, entre os meses de janeiro a setembro de 2023 foram lançados 193.901 unidades, uma redução de 15,96% em relação ao mesmo período do ano anterior, onde foram lançadas 230.736 unidades e, nesse mesmo período, as vendas registraram queda de 3,02% (CBIC, 2023a).

Indubitavelmente, os números referentes à recessão e perda de postos de trabalho durante o período pandêmico são ínfimos para expressar a dimensão da triste realidade que assolou todos os profissionais e empresas do setor. O impacto negativo da pandemia ainda reverbera em consequências incalculáveis, mas de modo geral, espera-se um panorama futuro positivo com fortes tendências de crescimento para este importante setor da economia brasileira.

4 O PERFIL DOS TRABALHADORES E AS PERSPECTIVAS DO SETOR DA CONSTRUÇÃO CIVIL NA BAHIA

O canteiro de obras representa um ambiente repleto de estereótipos e, embora ainda seja uma área de domínio masculino, os números de postos de trabalhos ocupados por mulheres demonstram que, ao longo dos últimos anos, a participação feminina vem crescendo gradativamente. Outro aspecto pertinente à mudança do perfil do trabalhador da construção, diz respeito à elevação do grau de escolaridade.

Na Bahia, nos anos 2000 a 2010, o número de trabalhadores formais da construção civil com ensino médio ou ensino superior teve um aumento de 22%. Contudo, o setor continua sendo reconhecido pela baixa exigência, representando a atividade econômica com o maior número de contratações de pessoas com baixa

escolaridade. Em 2001, os trabalhadores com nível superior completo correspondiam a 12,9% para as mulheres e apenas 2,3% para os homens. Em 2011 houve uma evolução desse quadro, com 21,7% para as mulheres e 2,7% para os homens, mas ainda pouco representativo (SINDUSCON-BA, 2020a).

Conforme boletins do CAGED, no primeiro semestre de 2010 o setor da construção na Bahia registrou mais de 17 mil postos de trabalho, em sua grande maioria sendo ocupados por trabalhadores com ensino médio completo (6.152 postos), trabalhadores com ensino fundamental do 6^a ao 9^a ano (4.096 postos) e os trabalhadores com ensino fundamental até o 5^a ano (3.323 postos). Neste período, os analfabetos admitidos no trabalho formal da construção civil ocupavam apenas 147 pessoas, correspondendo a 1% do total (SEI, 2010b).

O ano de 2010 representa o auge do setor da construção civil nas últimas duas décadas. De acordo com a Federação Nacional dos Engenheiros (FNE, 2011), o número de ingressantes nos cursos de engenharia cresceu 83% em 2010, em relação ao ano anterior. Neste mesmo ano, foram computados 41 mil concluintes e pesquisas apontavam a necessidade de mais 70 mil novos engenheiros para 2011. Ampliaram-se as instituições de ensino de nível superior e muitos jovens investiram na carreira na tentativa de atender as demandas do setor, até então, o número de profissionais disponíveis era inferior ao total de vagas ofertadas e o mercado importava profissionais da área.

No estado, em 2011, 27,1% dos trabalhadores da construção tinham o ensino médio completo, em 2017, essa parcela correspondeu a 30,2%. Apesar dos lançamentos de programas sociais de incentivo a escolaridade no canteiro de obras, os números sinalizam os desafios a serem superados. Em Salvador, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), ofertou cursos gratuitos para formação de eletricitas, pedreiros, seguranças do trabalho e outras atividades (SEI, 2010b).

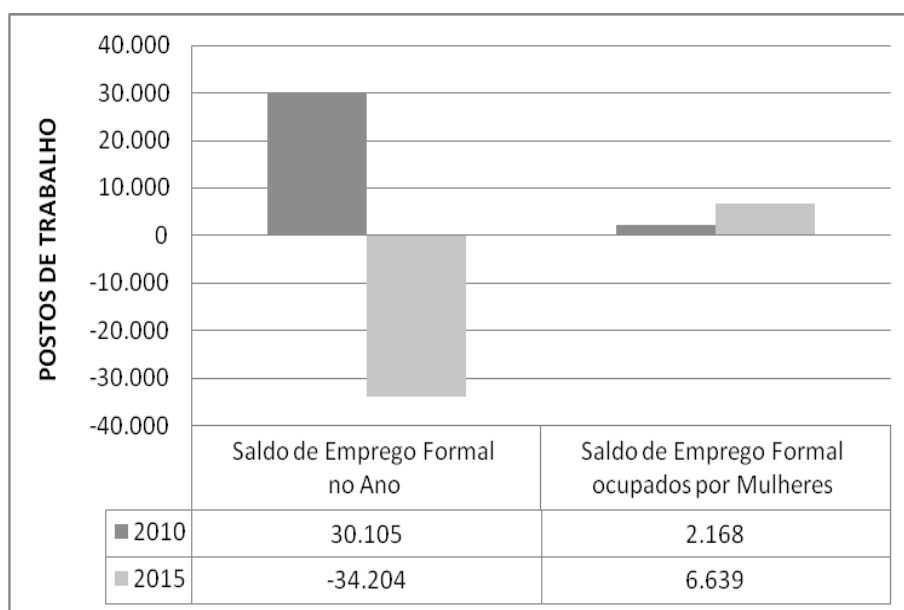
Verifica-se também o padrão de envelhecimento da população ocupada na construção. No período de 2011 a 2017, a participação no setor dos trabalhadores na faixa de 25 a 29 anos diminuiu de 12,4% para 9,9%, enquanto as faixas de idade mais elevadas, de 30 a 39 anos, 40 a 49 anos e de 50 a 59 anos aumentaram, no mesmo período, de 26,6% para 28,9%, 23,1% para 29,2% e de 16,4% para 18,1%,

respectivamente. Em 2017, a maior participação no setor foi de pessoas com 40 a 49 anos, correspondendo a 29,2% do total (SEI, 2010b).

Dados do SINDUSCON-BA (2020a) apontam que dentre os anos de 2000 e 2010, Salvador registrou um aumento de 187,3% na participação de mulheres no setor da construção civil. Em 2010 o estado da Bahia tinha 7,2% do total de postos de trabalho ocupado por mulheres (2.168 postos) e no ano de 2011 a participação feminina continuou ascendente, ocupando 27,2% das vagas geradas no setor foram ocupadas por mulheres.

Destaca-se que, mesmo nos períodos de recessão econômica, o setor da construção civil continuou favorável para as mulheres. Segundo os boletins do CAGED, quando comparados os anos de 2010, que registrou o maior saldo de postos formais, com o de 2015, ano de maior saldo negativo, observa-se o acréscimo na admissão das mulheres no canteiro de obras, conforme Gráfico 04.

Gráfico 4 - Saldo de emprego formal total anual e ocupado por mulheres na construção civil na Bahia, 2010 e 2015



Fonte: Elaboração própria, adaptado do CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (SEI, 2020b) e SINDUSCON-BA (2020b)

Conforme dados da SEI (2020b), na Bahia a proporção de homens na construção manteve similar ao longo dos anos analisados, representando 95,3% do total de ocupados no setor, em 2011, e 96,2% em 2017. No período recente, o setor

continua avançando no número de admitidos do sexo feminino, registrando 4.628 em 2018, 5.772 em 2019 e 4.795 contratações em 2020.

O uso das tecnologias e a redução da força braçal, para realização de algumas funções, aumentaram a presença feminina no setor e na busca por qualificação. Além das atividades administrativas, almoxarife e logística, as mulheres também se destacam nos cargos de segurança, operação de máquinas pesadas e na realização de serviços específicos, como acabamentos, pinturas e arremates (Bonfim, 2017).

Outro aspecto pertinente quanto ao panorama do setor remete ao triste envolvimento de empresas, políticos e empreiteiras baianas, entre elas as construtoras OAS e Odebrecht, envolvidas nos escândalos de corrupção ligados à Operação Lava Jato. A retomada da confiança, perdida ao longo da última década, e a tão esperada recuperação financeira exige tempo para se concretizar, tempo este que não beneficia o elo mais fraco, ou seja, os consumidores e trabalhadores. A crescente no distrato de contratos de compra e venda de imóveis representa um problema que afeta a sustentabilidade de todo mercado e segurança dos investidores. Ao mesmo tempo, a gradativa contração do setor obriga muitos profissionais a buscarem novas áreas e formas de recolocação no mercado de trabalho.

A reforma trabalhista, aprovada sobre a forma de Lei Nº 13.467 (Brasil, 2017b), busca reequilibrar as relações de trabalho, gerar novos postos e desenvolvimento social, resultantes ainda não bem mensuradas. A flexibilização e terceirização da mão de obra, que prometem maior autonomia ao trabalhador, representam as maiores preocupações a serem observadas, e com o aparente desmonte dos sindicatos, a nova lei pode abrir brechas para as desassistências, abusos e maior informalidade.

Durante a pandemia do coronavírus muitos estados Brasileiros consideraram a construção civil como atividade essencial, tal enquadramento permitiu a continuação das atividades mesmo com as medidas restritivas, conforme entendimento do Decreto Federal Nº 10.342 (Brasil, 2020). A medição de temperatura, testagem rápida, regras de distanciamento, uso de máscaras e preservações do grupo de risco foram alguns dos inúmeros protocolos exigidos e fiscalizados durante o momento pandêmico.

Esses novos protocolos somaram-se aos recorrentes questionamentos quanto ao efetivo cuidado dos empregadores com a salubridade das instalações nos canteiros de obras, o acesso à água limpa e tratada, a higienização e fornecimento dos equipamentos de proteção, treinamento, acompanhamento da saúde mental,

dentre tantos outros riscos e descasos que historicamente acometem os trabalhadores da construção.

Sob outro enfoque, mas com perspectivas similares, nos últimos anos cresce a ênfase dada às questões da pauta ESG na construção, a sigla que se refere a meio ambiente, desenvolvimento social e governança, ou em inglês, *environment, social e governance*. Para a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC, 2023b), esse alinhamento é um grande desafio para o setor que reconhecidamente opera com uso de mão de obra intensiva, grande demanda por matérias-primas e geração de resíduos, além da extensa cadeia de fornecedores. Neste sentido, os principais compromissos devem envolver a sustentabilidade e eficiência energética, melhores condições de trabalho e segurança, aproximação com a comunidade, transparência e ética nas operações, além o combate à corrupção. Essa mudança de mentalidade quanto à responsabilidade socioambiental e os novos padrões de comportamento devem impactar diretamente na atração e destinação dos investimentos para o setor da construção civil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comportamento do mercado da construção civil impacta no crescimento econômico do país. A pesquisa objetiva traçar uma análise acerca dos postos de emprego formal da construção civil na Bahia, das últimas duas décadas, e resulta na constatação das influências diretas das agitações políticas sobre o setor.

No período recente, programas e incentivos como o PAC e o MCMV tornaram-se elementos de barganha nas campanhas de pré-eleição, mas nem todos perduram ou são eficazmente implantados durante o período de governo.

Os incrementos dos programas e incentivos são fundamentais no aquecimento do mercado e, conseqüentemente, na geração de empregos. No entanto, quando se atrela o desenvolvimento de setores econômicos exclusivamente aos investimentos públicos, quase sempre resulta em uma economia instável e dependente da harmonia política. Logo, constata-se que os períodos de escândalos e transições entre governantes coincidem com os anos de retração e queda nos postos de trabalho.

O setor da construção representa um dos maiores geradores de postos de empregos, formais e informais. Se tratando do tipo de atividade e da extensão do território do estado é assertivo afirmar que existe um imenso mercado descoberto

pelas leis trabalhistas, de difícil mensuração e que requer estudos e pesquisas multidisciplinares.

Considerando o tipo de atividade executada por meio do trabalho braçal, identifica-se a predominância do baixo nível de escolaridade dos trabalhadores, sobretudo no subsetor da execução de obras, serviço que emprega mão de obra pouco especializada. O estereótipo do perfil do trabalhador da construção se modifica ao longo dos últimos anos, notam-se maiores incentivos públicos e privados que buscam diminuir o analfabetismo, além do emprego de novas tecnologias e a evolução gradativa da presença feminina nos canteiros de obras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Brasília: Planejamento, 2017a. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/>. Acesso em: 7 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. Brasília: Planalto, 2017b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 5 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.342, de 7 de maio de 2020. **Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020**. Brasília: Planalto, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10342.htm. Acesso em: 5 ago. 2024.

BONFIM, P.I. Canteiro de obra também é lugar de mulher. **Câmara Brasileira da Indústria da Construção**, 2016. Disponível em: <http://www.cbic.org.br/sala-de-imprensa/noticia/canteiro-de-obra-tambem-e-lugar-de-mulher>. Acesso em: 7 ago. 2024.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC). **Desempenho Econômico da Construção Civil em 2023 e Perspectivas Inteligência Econômica**. CBIC, 2023a. Disponível em: <https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2023/12/desempenho-economico-cc-dezembro-2023.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2024.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC). **10 ações de ESG na indústria da construção**. CBIC, 2023b. Disponível em: <https://cbic.org.br/10-aco-es-de-esg-na-industria-da-construcao>. Acesso em: 23 fev. 2024.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ENGENHEIROS (FNE). **Total de calouros de engenharia no Brasil cresce 83% em 2010**. Federação Nacional dos Engenheiros, 2011. Disponível em: <https://www.fne.org.br/index.php/todas-as-noticias/1559-total-de-calouros-de-engenharia-no-brasil-cresce-83-em-2010>. Acesso em: 5 abr. 2024.

GAIER, V.R. Construção civil emprega 5,9% a mais em 2005. **Jornal Estadão Online**, 2006. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,construcao-civil-emprega-5-9-a-mais-em-2005,20060213p33581>. Acesso em: 8 ago. 2024.

BONFIM, P. I. **Canteiro de obra também é lugar de mulher**. Câmara Brasileira da Indústria da Construção, 2016. Disponível em: <https://cbic.org.br/>. Acesso em: 7 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. Brasília: Planalto, 2017a. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br>. Acesso em: 5 ago. 2024.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Brasília: Planejamento, 2017b. Disponível em: <https://cbic.org.br/>. Acesso em: 7 ago. 2024.

BRASIL. Decreto nº 10.342, de 7 de maio de 2020. **Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020**. Brasília: Planalto, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br>. Acesso em: 5 ago. 2024.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC). **10 ações de ESG na indústria da construção**. CBIC, 2023a. Disponível em: <https://cbic.org.br/>. Acesso em: 23 fev. 2024.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC). **Desempenho Econômico da Construção Civil em 2023 e Perspectivas**: Inteligência Econômica. CBIC, 2023b. Disponível em: <https://cbic.org.br/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ENGENHEIROS (FNE). **Total de calouros de engenharia no Brasil cresce 83% em 2010**. Federação Nacional dos Engenheiros, 2011. Disponível em: <https://fne.org.br/>. Acesso em: 5 abr. 2024.

GAIER, V. R. Construção civil emprega 5,9% a mais in 2005. **Jornal Estadão Online**, 2006. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/>. Acesso em: 8 ago. 2024.

GAIER, V. R. Serviço, indústria e investimentos reforçam PIB de 2007. **Jornal Estadão Online**, 2009. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/>. Acesso em: 8 ago. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil**. Brasília: IPEA, 2015. Disponível em: <https://ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 7 maio 2024.

SILVEIRA, D. Número de desempregados cresce 38% em 2015, maior alta da história. **Jornal Globo Online**, 2016. Disponível em: <https://www.globo.com>. Acesso em: 14 ago. 2024.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DA BAHIA (SINDUSCON). **Imprensa**. Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia, 2020a. Disponível em: <https://sinduscon-ba.com.br/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DA BAHIA (SINDUSCON). **Índices Macroeconômicos**. Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia, 2020b. Disponível em: <https://sinduscon-ba.com.br/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS (SEI). **Boletins** - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Superintendência De Estudos Econômicos e Sociais, 2020a. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/sei>. Acesso em: 8 fev. 2024.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS (SEI). **Tabelas e Gráficos** - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Superintendência De Estudos Econômicos e Sociais, 2020b. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/sei>. Acesso em: 8 fev. 2024.

SILVEIRA, D. Número de desempregados cresce 38% em 2015, maior alta da história. **g1**, 2016. Disponível em: globo.com. Acesso em: 14 ago. 2024.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DA BAHIA (SINDUSCON). **Imprensa**. Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia, 2020a. Disponível em: <http://www.sinduscon-ba.com.br/imprensa/index.html>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DA BAHIA (SINDUSCON). **Índices Macroeconômicos**. Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia, 2020b. Disponível em: <http://www.sinduscon-ba.com.br/indices-macroeconomicos/index.html>. Acesso em: 10 mar. 2024.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS (SEI). **Boletins** - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais, 2020. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=651&Itemid=478. Acesso em: 8 fev. 2024.